

GAZETONENSE

PROPRIEDADE DA Empresa A. B. E. T. O. N. E. N. S. E.
 ... Rua da Provisão, 45, 1.º DIREITO - LISBOA ...
 Publica-se aos Domingos
 F. de Miranda Barbosa
 SECRETARIO DA REDACÇÃO

Directo Independente do Governo das Terras de Anzillia e arredores
GASTÃO FARIA DE BETTENCOURT
 ADMINISTRADOR
MANUEL FARIA DE BETTENCOURT
 EDITOR E GERENTE
VICENTE FARIA DE BETTENCOURT
 Domingos, 16 de Abril de 1920

PREÇO DO ANUNCIANTE POR LINHA
 1.ª Coluna... 2.ª Coluna... 3.ª Coluna...
 4.ª Coluna... 5.ª Coluna... 6.ª Coluna...

A REORGANIZAÇÃO ECONOMICA PORTUGUEZA



F. de Miranda Barbosa.

Este é, pôde dizer-se, o assunto de todas as palestras das que se preparam ainda um pouco antes da vida de país, a preocupação constante de todos os homens que pensam no que se faziam d'este lindo Portugal!

A organização dos Estados, é hoje a preocupação maxima de todos os homens de governo cujos planos se não resumem á triplice manifestação de incompetencia, ao pretendimento especulativo e ao desinteresse de ordem publica!

E' que de facto, os problemas economicos, se sempre foram complicados na vastidão das suas manifestações, revestem-se agora de características tão, que só intellectualidades privilegiadas, capacidades técnicas portentosas os podem encarar de frente e bem tranquilamente.

Os problemas economicos apresentam-se relacionados com todos os campos de ordem a mais diversa: o problema economico está intimamente ligado ao problema social, como o está também o industrial, o agrícola, o commercial, o financeiro e tantos outros que carecem sempre de ser estudados em globo e detalhadamente para que se possa fazer um juizo mais ou menos seguro da vida economica de qualquer país.

Reanimar a economia de um Estado implica, pois, o estímulo de todas as suas actividades, de todas as suas capacidades de produção, orientando-as pelo caminho de seu maximo aproveitamento, marcando bem, tornando bem claras as correntes commerciaes mais convenientes para tal fim, de forma a conseguir-se um lado harmonico, um equilibrio perfeito entre estavel e, portanto, duradouro.

... Temos ouvido dizer que a nossa afflicta situação não se resolverá nunca com decretos ou leis, mas sim por meios, outros meios proprios que nunca se indicam, que nem mesmo — quem tal — chega a esboçar...

... Temos ouvido não, e comosmo o outro lado a gente sem que, na maior parte das vezes, um protesto se levante contra tão disparatada epiphora que ne-

cedendo verdadeira em face dos muitos factos aburridos que entre nós se não passa, entretanto, de uma frase feita, de um chavão, um logar comum absolutamente desprovido de bom senso, de criterio...

Se assim fosse, como haveriam nós de sair d'este lamçal medonho em que nos encontramos, que força superior nos auxiliaria na saída — ainda possível — do fundo d'este abismo que já nos está a vir e que ameaça estaclear-nos, a cada momento, se não a de uma lei que verdadeiramente se imponha?

Se assim fosse qual seria a acção do Estado a dentro da Nação? He-moscha que em Portugal quanto mais se legisla, mais se retrograda tambem...

Responder-lhes-hei redondamente que não porque legislar, é coisa que em Portugal parece ter caído em desuso, passado de moda...

Em Portugal, não se legisla, em Portugal lucram-se por o *Diário de Notícias* — não se faz mais coisa feita, logo mais que os que se creem a seguir, que ainda não teve a coragem moral de registar um cargo de ministro.

Legislar não é eschacalhando, amonhar por palavras, artigos e revogar a legislação em contrario; legislar é alguma coisa mais, é dar força coerciva a um principio moral que representa uma utilidade necessaria ou pelo menos conveniente.

Não se legisla, quando pretendendo valer á nossa situação cambial, se promove a criação de um Consortium Bancario, a fim de regular os preços dos mercados, estando absolutamente provado que semelhante função nunca poderá ser desempenhada por semelhante organismo...

Não se legisla, quando a priori se proibe a importação dos artigos de luxo e a saída da moeda-ouro; não se legisla ainda quando absurdamente se pretende tabelar os preços dos generos de primeira necessidade; não se legisla, mas sim não se dá a mostrar em publico a ignorancia, o desconhecimento absoluto do que se pretende fazer, da forma como se faz, e mais ainda, d'aquilo que é preciso fazer...

Não procuramos nunca evitar consequências sem termos primeiro remediado as causas...

Hoje já dellas não nos tivaramos tambem com a rapidez que desejavamos; necessario se torna que uma acção honesta e persistente vá lutando contra a vaga enorme que doadamente, perdidamente, desorientadamente nos fa-

Pedaços d'ouro

A flor do romanhão
 Quisse a medo e fugaz, no torvelinho
 Dessa famosa vâra deslumbrante,
 Um aperto de mão fôra o bastante
 Para coher de perfume o meu caminho...

Depois, romanhão, lá me fui sózinho
 Para a triste mansarda de estudante,
 Onde me vi somnolento e distante
 Cheirando todo a flor do romanhão...

Tenho comigo o teu perfume santo,
 E me andaiva a minha mão nervosa,
 Fêbril, a dispersar-lo em cada canto,
 Quando me acordava a manhã...

Tentei reit-lo... E na alocação
 Dessa noite de insomnia perfumosa
 Puz-me a beijar a minha própria mão!

Mario de Arago

Rompimento
 Manda-me as prendas que te dei out'ora;
 Ai só aquelas que me deste um dia...
 Seja azabê-se tudo — e que a alegria
 Doite essa gracinha cabecinha loira.

Ai vai o lenço onde, avaliada aurora,
 Choras-te, uma maldã, avante em paria
 E a mecha de cabelo, luzida,
 Dada em riboacha, inoxidável hora.

Ai vai os rãs, onde a tua boca
 Pôkaste, ável, antes que n'as desces,
 Certo dia em que eteros amor jurámos...

Nada mais tenho teu: é finda a troca,
 Se o desejo não tem (ah se o tivesse...)
 De desroçar os beijos que trocámos...

Eugenio de Castro

dansar, até que travando o movimento de que vamos animados, consigamos uma situação equilibrada, delimitada, estável.

Portugal, temo a certeza, ha-de triunfar de si mesmo.

Portugal, reviver! — Uma acção honesta, patrioticamente desinteressada ha-de chegar um dia.

Portugal, reviver! — É disso prova eloquente, a resistencia heroica, a força heroica que elle tem dispendido para ir realizando a sua marcha de dor por sobre toda esta serie enorme de disparates, que seriam criminosos se não fossem innocentes, que dentro d'elle se tem praticado.

Portugal, afirma-mo-lo dolorosamente convencido, deve hoje a sua autonomia, em parte, ás suas gloriosas passadas; é certo, mas tambem á sua pequena e á pouca importancia que elle merece ás demais nacionalidades!

Um país que tem o desvaloramento de fixar o preço dos seus cambios por meio de decreto, acima das cotações naturaes dos mercados mundiais, e que nem uma só repressalia sentiu, tem lá já alguma importancia no convio dos Estados!!

Se a França, a Inglaterra, emfall qualquer país que não o nosso tivesse a ousadia de o fazer, teria no dia immediato a pensar sobre si a repressalia, a inevitavel repressalia de todos os países civilizados ainda que delle dependessem grandemente.

Pensaram tanto, como nós pensariamos em nos deafrontar dum encontro que uma almarriz nós desse; mas desastradamente o estragaram, e vende, mas como o cambio que aqui abstractamente do nosso acto.

Aquelles que comosmo mantemem relações commerciaes mais insistentes viram o decreto e disseram — zagem o não diria?

Operações em Portugal só com pagamento adiantado, e nunca mais pensaram nisso...

Mas o que resultou d'isto? — Oh heróico, meu Deus! — quem te não vê?

Portugal precisa comprar no estrangeiro, não tendo ouro, não compra e portanto, perde; Portugal precisa vender no estrangeiro, e vende, mas como o cambio que aqui abstractamente é imposto prejudicial ao comerciante vendedor no seu embolso, este, para não perder, manda abrir conta no estrangeiro, lá deixando o seu dinheiro em deposito, e o outro não entra, e o Estado perde.

Em resumo, que nos origina esse monstruoso consortium bancario? — 1.º Desvio do estrangeiro que nunca poderá attende, ou comprehendder sequer, o nosso cambio.

2.º Rareamento, por difficuldades das operações, do comercio portuguez internacional.

3.º Rareamento do ouro em Portugal e competente augmento de especulação interna!

Em suma a Ruína!

E o governo legisla... para a nossa

Nobis haec scribitur de officio...
 N.º 37

